

Mesa 1:

A Influência Do Monopólio Dialogal Da Televisão E Do Nível Cultural-Escolar Do Indivíduo Para A Compreensão Da Notícia

Mayara Calácio de Sousa ¹
Simone Antoniaci Tuzzo ²

Resumo

Este artigo tem por objetivo analisar a influência do direcionamento partidário-cultural do diálogo da televisão e do nível cultural-escolar para a (in) compreensão da notícia. Para isso, utilizou-se da pesquisa bibliográfica na obra de Muniz Sodré, estudioso que entende a televisão como um *medium* responsável pela síntese hegemônica dos discursos sociais, e que relewa o potencial excludente da televisão sob aqueles com pouca escolaridade ou baixo nível cultural, pretendido ser chamado por Muniz de nível cultural diferente do urbano-industrial.

Palavras-chave

Televisão; escolaridade; notícia; Muniz Sodré.

Introdução

A informação jornalística é indispensável para se viver em sociedade. É o que Gentilli (2005) chama de “necessidade social da informação”. E em quase sua totalidade, as informações essenciais para o homem chegam de forma *mediada*, e não direta. Nessa necessidade, que explica o seu grande consumo, a notícia continua sendo o principal produto da mídia e, por isso, acrescentando-se a ela, um caráter mercantil.

Como veremos neste artigo, o caráter mercantil é um entre tantos outros motivos que poderiam ser interpretados como “injustificáveis” para que o produto midiático dos telejornais não cumpra o papel de informar, modificar e ensinar.

Diante desse recorte da realidade, o objetivo da pesquisa é analisar a influência do direcionamento partidário-cultural do diálogo da televisão e do nível cultural-escolar para a (in) compreensão da notícia, levando em consideração as obras de Muniz Sodré, *O Monopólio da Fala* (1984) e *Reinventando a Cultura, a Comunicação e Seus Produtos* (1996) e Muniz Sodré e Raquel Paiva, *O Império do Grotesco* (2002).

Nas obras de Muniz Sodré acima citadas, o estudo sobre a importância do tipo de interpretação que se faz dos produtos jornalísticos é sempre presente. Para o autor, as mídias vêm cumprindo um papel de extensão do homem, sendo tão alto o grau de dependência entre eles. Infelizmente, não

¹ Mayara Calácio de Sousa Coimbra é jornalista formada pela Faculdade de Comunicação e Biblioteconomia – Facomb da Universidade Federal de Goiás – UFG, mestranda do Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Comunicação e Biblioteconomia – FACOMB, da Universidade Federal de Goiás – UFG. E-mail: may_calacio@hotmail.com

² Simone Antoniaci Tuzzo, Doutora em Comunicação pela Universidade Federal de Goiás, Professora Efetiva do PPGCOM UFG. Professora Orientadora. E-mail: simonetuzzo@hotmail.com

dando o valor merecido a essa relação, tal mídia se comporta como se fosse um meio atingível a todos, quando não embute em si mesmo o poder de reunir os diferentes grupos sociais e culturais.

Quem Dita As Regras

Como explica Muniz Sodré em sua obra *Reinventando a Cultura, a Comunicação e Seus Produtos* (1996), é esse caráter mercantil da notícia que dita as regras de sua estrutura, conteúdo e público, o que é, no mínimo, arriscado, já que “a realidade social dos indivíduos do mundo contemporâneo é construída por fatos noticiosos, ou seja, de acontecimentos jornalisticamente interpretados e, portanto, ‘transvalorizados’ por um sistema logotécnico” (SODRÉ, 1996, p.133).

A séria responsabilidade de incompreensão da notícia passa tanto pela toxidez desse caráter mercantil, que obriga os telejornais a se encaixarem no padrão mercadológico e lucrativo – rapidez na transmissão da informação, linguagem difícil e fatos descontextualizados, quanto no potencial educativo e cultural dos telespectadores. E não podendo, de acordo com Sodré, limitar a notícia apenas aos ideais capitalistas, encontramos o ponto de vista receptivo da notícia, que é a verdadeira motivação da mesma.

Ou seja, se do lado da técnica profissional nota-se a responsabilidade da notícia que:

[...] gera um tipo de unidade narrativa que, segundo se presume, tranquiliza a consciência do indivíduo seguro em face da dispersão humana na grande cidade, da vicissitude dos acontecimentos, da condição precária da identidade no espaço urbano, do desconhecimento das causas, da incidência trágica do acaso. Essa oblíqua *exigência* de tranquilização preside à regra técnica do texto jornalístico de não se abordar os assuntos de forma negativa ou duvidosa – escrever que o fumo faz mal à saúde seria mais adequado do que dizer que não existem provas de seus efeitos nocivos (SODRÉ, 1996, p.85).

Do outro, encontramos receptores dos quais o perfil cultural e escolar limitam ou expandem o potencial de compreensão da notícia. E cultura, segundo Sodré (1996, p. 85), é:

Cultura é aqui o conjunto dos instrumentos de que dispõe a mediação simbólica (língua, leis, ciências, artes, mitos) para permitir ao indivíduo ou ao grupo a abordagem do real. Os instrumentos ditos culturais são ‘equipamentos’ coletivos ou grupais, postos à disposição de todos.

Estudos sobre a consciência do receptor mostram que as mensagens da mídia podem ser passadas de forma homogênea, mas o público que as recebe sempre será heterogêneo e carregado de valores.

Por isso, “o índice principal para medir os efeitos não pode ser a quantidade de consumo e de atenção prestada à comunicação de massa: é necessário possuir alguma medida a respeito do conteúdo e significado do que se expõe” (WOLF, 2008, p. 140).

Esses estudos qualitativos da recepção, nacionais ou internacionais, são insuficientes no tocante à crítica sobre a cultura porque trabalham apenas com as limitações econômicas dos meios de comunicação inseridos na sociedade capitalista, quando, na verdade, o ponto mais crítico aos mass media, é a impossibilidade de homogeneização dos grupos isolados culturalmente, como sugere Muniz Sodré em suas obras.

A Deficiência Discriminatória Cultural E Escolar

Como reflexo de uma sociedade originalmente escravista, o povo brasileiro mantém uma posição discriminatória entre seus naturalizados no que se refere à cultura. De um lado, tínhamos a elite cuja sociedade, mercado e ciência giravam em torno dela, e de outro, a maioria, representando a força de trabalho.

A educação escolar, assim como outras instituições sociais, abarcaram e reforçaram essa distinção cultural, explicando, assim, o até então grande número de analfabetos. Essa realidade existencial da maioria, como Sodré (1996, p.88) se refere de euroculturalismo, oferece mínimas condições materiais de vida.

O euroculturalismo e a educação escolar voltam as costas a tal realidade instalada na paisagem circundante, não por falta de tematização do problema, mas pelas próprias concepções que lhes servem de fundamento e pelos lugares discriminatórios que ocupam no modo de organização social .

Na mesma linha de comportamento de toda uma sociedade discriminatória entre a metrópole urbanizada e o interior agrário, os meios de comunicação consolidam essa ideia e passam intencionalmente despercebidos pelas consequências dramáticas de afastar as zonas já geograficamente afastadas de seus alvos comunicacionais. “A fricção social entre incluídos e excluídos (novíssima face da luta de classe) assume foros violentos, variando de intensidade segundo a diversidade dos territórios” (SODRÉ, 1996, p.89).

Os meios de comunicação eletrônicos não são equipamentos grupais dispostos pela mediação simbólica. Elas trabalham ‘mediações’ culturais, sim, mas enquanto equipamentos de grupos (empresariais, estatais) que não refletem necessariamente o poder grupal das diferenças sociais implicado na atitude democrática (SODRÉ, 1996, p.92).

A televisão, por ser um *mass media*, reflete ainda mais essa dicotomia, e mesmo com tanto “poder” comunicacional, acolhendo inclusive os analfabetos, não preenche totalmente a necessidade social da informação para uma maioria “despreparada” escolar e culturalmente, já que “a estética da mídia eletrônica, dependente de interesses empresariais ou publicitários, e não se compromete com a vida social ativa, com a diferenciação territorial ou com a política como projeto coletivo” (SODRÉ, 1996, p. 96).

Cabe lembrar que o surgimento da televisão se justificou não apenas pelo desenvolvimento tecnológico começado em meados do século XV, mas como resultado “às reais carências humanas” (SODRÉ, 1984, p.14) que, aparentemente, continuam aquém para os escolar e culturalmente “incapacitados”.

Televisão E A Alienação Da Expressão Dialogal

Na obra *O monopólio da Fala* (1984), Muniz Sodré estuda o conceito, poder e deficiências da televisão, um *medium* inspirado, como já visto, numa estrutura originalmente mercadológica.

A maior lacuna permanentemente deixada exposta pela televisão é o fato de que, segundo Sodré (1984, p.15), a escolarização, o sufrágio universal, o desenvolvimento industrial e o irreversível processo de urbanização delegam à imprensa o poder de polarizar as demandas de informação, a começar pelo próprio conceito do processo de comunicação. “De um lado, alinham-se os que escrevem e imprimem; de outro, os que consomem e tendem a se constituir numa camada cada vez mais ampla, dispersa e heterogênea” (SODRÉ, 1984, p.15).

Esse agrupamento dispersivo parece não ter sentido quando a televisão pode ter sido criada para aglomerar o público em um meio de comunicação de massa que não exclui os analfabetos como os jornais e oferece a imagem como mais um método de captação real da informação associada ao conteúdo. Assim, qualquer insuficiência para a compreensão das notícias deveria mostrar-se, no mínimo, rara.

O mal da televisão é o que Sodré (1985, p.15) chama de alienação da expressão dialogal, em que esse *medium*³ se entrega, até hoje e inclusive, às alienações de ordem econômica, sexual, política e linguística.

Entretanto, faz-se a ressalva de que o monopólio instituído pela televisão não se justifica apenas às questões econômicas das fontes de comunicação, mas preocupadamente ao monopólio dos códigos e da in (possibilidade) dos espectadores, antes de tudo cidadãos, em compreendê-los.

A diversidade ou multiplicidade das fontes não quebra o monopólio, porque a essência não está no controle dos meios de produção, mas do processo de significação, isto é, no controle desse código (SODRÉ, 1985, p.43).

Uma prova desse raciocínio é que mesmo que fossem distribuídas estações de tevês em todas as comunidades, esse sistema monopolístico a que se refere o autor continuaria intacto, visto que esse quartel não é estabelecido pela presença ou ausência da estrutura tecnológica que é a televisão, mas pela ideologia do código transmitido.

³ Forma como ele se refere à televisão.

Quando se fala em código da comunicação, fala-se também do aspecto linguístico da comunicação que, segundo Sodré (1985, p.23) é um problema que merece destaque:

O aspecto linguístico interessa particularmente ao problema da comunicação, porque a mobilidade simbólica (que possibilita o livre fluxo das significações linguísticas e funda a reciprocidade da comunicação humana) é estabelecida pela troca. Esta, implicando na obrigação de retribuir, pressupõe que a hierarquia social seja pluralista e não-cristalizada. Só assim se ativam mecanismos de reequilibração, capazes de manter o jogo das classes em aberto ou de reabrir a disputa em torno do sentido.

O fato é que o diálogo necessário para a existência da comunicação é bombardeado pelas facetas de um meio de comunicação que abolindo, por um lado, a distância geográfica entre o acontecimento e o espectador, promove, duplamente, o afastamento do receptor, ora pela relação unilateral entre emissor e receptor, ora pela distância cognoscitiva do conteúdo noticioso. Esse monopólio da fala só reforça tese de “impossibilidade de reposta e erige um poder absoluto, inédito na História: a hegemonia tecnológica do falante sobre o ouvinte” (SODRÉ 1985, p.26).

Se comunicação é diálogo, é estímulo e é resposta, a televisão pode se encontrar, certas vezes, no limite do conceito. Quem defende a ideia de que a tevê não faz comunicação diz-se que é porque ela exprime uma relação unilateral entre os envolvidos, não dando a chance de diálogo ou resposta por parte do emissor.

Pela “Teoria da Informação [...] é praticamente absoluto o poder de quem fala sobre quem ouve, pois, na relação instituída pelos modernos meios de informação, falar é um ato unilateral. Sua regra de ouro é silenciar ou manter à distância o interlocutor” (SODRÉ, 1985, p.25).

Por outro lado, quem defende a ideia de que sim, na televisão existe o diálogo, utiliza-se da tese de que qualquer modificação no comportamento do receptor, incorporação da notícia à vida, é uma resposta e, conseqüentemente, um diálogo entre os envolvidos.

Para Thompson (1998, p.31):

A recepção dos produtos da mídia não é um processo sem problemas, acrícos, tampouco são absorvidos pelos indivíduos como uma esponja absorve água. A atividade de recepção se constitui em maneiras complexas pelas quais os produtos da mídia são recebidos pelos indivíduos, interpretados por eles e incorporados em suas vidas.

Em ambos os lados, a interpretação do processo comunicativo da televisão como diálogo encontra-se no limite de tal conceito porque, como visto, o primeiro nem cogita uma hipótese de diálogo ou de resposta, e o segundo depara-se com a possibilidade de a comunicação falhar no meio do processo, quando o receptor sequer entende a informação.

A informação, quando assimilada adequadamente, é capaz de produzir conhecimento e modificar o estoque mental de informação no indivíduo. E a genialidade da comunicação está justamente na

possibilidade de incorporar seu conteúdo no receptor. Mas a complexidade está na possibilidade de essa recepção não acontecer. Os indivíduos atribuem escalas de importância diferentes para cada assunto social a partir dos valores ou interesses que possuem.

Maior do que a censura que Sodré (1985, p.33) adere ao sistema de televisão - censura da resposta, do gesto, do corpo, reais e concretos - é a censura ideológica, cultural e escolar de resposta, deixando de ser uma extensão da vida social para construir seu próprio código de forma distante para os menos favorecidos.

O Reflexo Da Aliança Com A Classe Média Estudada Nas Notícias Dos Telejornais

Sinteticamente, o monopólio excludente da fala televisiva neutraliza as possibilidades de expressão popular e exclui ainda mais os afastados do centro urbano. Talvez a expressão não fosse “menos favorecidos”, mas outra que fizesse oposição à classe média educada e modernizada, público pelo qual a televisão sempre se dedicou.

Isso fica cada vez mais claro quando damos voz às tentativas cotidianas desse *medium* em impedir “qualquer continuidade institucional ao nível da cultura popular” (SODRÉ, 1984, p.130). Segundo o mesmo autor, quando os valores culturais alternativos conseguem uma brecha para apresentações, são anunciados na forma de clichê exótico-pitorescos.

Como resultado de um avanço urbano-industrial, a televisão não pensaria em outra coisa, a não ser no fortalecimento da própria classe que a criou. O fato de que a classe baixa dos “não-estudados” não tenha voz nesse *medium* não é tão preocupante quanto o fato de que eles sequer possuem ouvidos para entender o que se diz, como insiste Sodré (1984, p.132):

É preciso insistir: a televisão é um fenômeno urbano-industrial, e não pode ser agrícola ou interiorano. Isto não se deve, claro, a razões técnicas, mas ao fato de que o homem do campo não conta no discurso hegemônico urbano-industrial. Houve um momento no Brasil em que a televisão deixou entrever esta contradição entre o campo e a cidade: a fase do grotesco, que visava à formação de uma audiência básica no Centro-Sul. Hoje, a tevê oculta essa contradição através de uma reelaboração modernizadora das culturas excluídas, onde o interior, o capô, a cidadezinha, aparecem como valores negativos, arcaicos ou algo a ser superado pela ordem tecnocrática da cidade. Pouco importa a natureza do real, quando a verdadeira realidade do *medium* é a de seu próprio código, a ideologia urbano-industrial.

É nessa consequência, no mínimo triste, em que a televisão cria seu próprio código, mas com a ideologia urbano-industrial que mora o problema educacional. Educação tem a ver com possibilidades de aprendizados, ou apenas possibilidades, o que alguns, para não dizer muitos, brasileiros não tiveram e não têm.

O que se tem feito pelo sistema de televisão é uma “imposição ideológica de um universo a ser atingido ou imitado por todos” (SODRÉ, 1984, p.133). E nesse processo, o ato comunicativo, o da troca, não acontece:

[...] A verdadeira comunicação implica na comunhão ou uma troca flexível de ideias, formas de vida e de aspirações. Mas a moderna tecnologia da informação dissolve a espontaneidade da troca comunicacional, artificializando-a, unilateralizando-a, a serviço de uma cultura que não tolera a sua diferença; O projeto ideológico do sistema informativo é produzir um vasto *efeito de espelho* da ordem produtiva ao nível das consciências (SODRÉ, 1984, p.134)

O telejornalismo, assim como toda a televisão, se vê prisioneiro desse método de entretenimento obrigatório, referido por Sodré e Raquel Paiva na obra *O império do Grotresco* (2002), em que “a televisão impõe-se como o entretenimento hegemônico, como todos os seus modos de ocultar e distorcer a realidade vivida”. E nesse caso, os telejornais se tornam ainda mais responsáveis, tendo em vista que a notícia, por mais que recortada, deve manter seu compromisso com a realidade.

Diretamente ligado ao conceito de “marginalizados”, como vimos, os “pouco alfabetizados” realmente nem deveriam ser a preocupação da televisão, já que a diversão de fácil acesso enchia os olhos destes, ainda que não acontecesse o mesmo com os ouvidos. A tevê, por isso, não precisava se esforçar tanto no que diz respeito à compreensão do seu discurso.

No Brasil dos anos 90, especialmente após a elevação de consumo dos primeiros anos do Plano Real (1994), praticamente dobrou o número de aparelhos de tevê, uma vez que, naquele período, cerca de 6,3 milhões de domicílios receberam pela primeira vez o seu receptor. De modo parecido ao que havia ocorrido na segunda metade dos anos 60, depois do II Plano Nacional de Desenvolvimento (II-PND), constituiu-se perto da virada do milênio uma camada nova de telespectadores, muito pouco alfabetizada e ávida de diversão barata (SODRÉ, Muniz; PAIVA, Raquel, 2002, p.128).

Parece não haver muita saída para os pouco escolarizados quando entendemos, assim como Sodré (2002, p.130), que os padrões de comunicação possuem dois lados: “o de ‘qualidade’, ou seja, esteticamente *clean*, bem comportado em termos morais e visuais e sempre fingindo jogar do lado da ‘cultura’, e o do ‘grotresco’, em que se desenvolvem as estratégias mais agressivas pela hegemonia de audiência”.

A falta de saída é que a cultura na qual a televisão se apoia, embora com o discurso contrário, pouco tem a ver com as populares alternativas, cujas comunidades abrigam, muitas vezes, aqueles que tiveram pouca chance de avançar no conhecimento escolar. E o grotresco, também embora com o discurso apelativo para o ridículo, mas atrativo, engana o telespectador no objetivo de colocar todos num mesmo grupo.

A “vantagem” que o conhecimento formal pode dar ao telespectador é estudada por Lins da Silva (1985), em sua tese de doutorado, na qual discute a audiência do Jornal Nacional da Rede Globo, e afirma que “o conhecimento pessoal dos assuntos tratados no vídeo faz com que o telespectador apresente um senso crítico mais elaborado em relação à TV no que se refere a um assunto específico”.

Também Melo (2009), ao ser questionado sobre a possibilidade de os meios e suas mensagens construírem uma sociedade mais crítica, diz que o resultado irá depender do cidadão. “Quanto mais bem educados eles forem, mais elevados serão os padrões cognitivos e a inapetência dos cidadãos comuns para demandar qualidade nos produtos midiáticos”.

Pela voz de Barros Filho e Bartolozzi (1995, p.223):

[...] o senso comum e alguns comunicólogos midiáticos afirmam que a mídia socializa o conhecimento. O fato de a recepção, sobretudo televisiva, se dar de forma intensa em todos os níveis sociais serve de argumento para que se acredite na tese homogeneizadora da veiculação informativa. No entanto, as pesquisas realizadas sobre os efeitos da recepção informativa mostram o contrário. Os grupos de maior capital cultural, que ocupam os níveis mais altos na escala socioeconômica, apresentam uma absorção da informação sempre superior aos grupos de nível de instrução inferior. A distância de conhecimento entre esses grupos em vez de diminuir, aumenta. Os meios de comunicação servem como instrumento de reprodução das desigualdades culturais.

Mas deve-se levar em consideração que, apesar de a televisão, cansativamente, tentar uma comunicação hegemônica nociva, o maior problema está no discurso contrário a isso tudo: o de que a televisão é o *medium* de mais fácil comunicação, acessível a todos. O ponto crítico pode estar na enorme diferença entre acesso ao discurso e à compreensão do discurso.

Os padrões cognitivos e o papel da educação escolar são discutidos há séculos. Isso porque a escola não é um instrumento estranho à sociedade, um elemento separado, tanto que se tornou uma instituição social. Toda a estrutura do plano educacional tem como objetivo maior o desenvolvimento do ser humano, em todas as áreas.

A escola deve levar à formação da personalidade integral do aluno e ao desenvolvimento de suas faculdades produtoras e de seu poder criador, pela aplicação, na escola, para a *aquisição ativa de conhecimentos*, dos mesmos métodos (observação, pesquisa e experiência), que segue o espírito maduro nas investigações científicas (TEIXEIRA, 1932, pág. 59).

O conceito de prática escolar está intimamente ligado a filosofia de cada época. Mas é quase unanimidade entre elas que a prática escolar é muito mais do que a transmissão de um conhecimento científico. Apesar de levar esse aspecto em consideração, não se pode deixar de assumir que a escola ainda é a maior responsável pela aquisição de conhecimentos lógicos e específicos, estes parecerem indispensáveis para a compreensão do código hegemônico e excludente que a própria televisão criou.

Na sociedade midiaticizada de hoje, a televisão, enquanto mídia hegemônica, tende a instituir-se como esse “corpo grupal”, reinterpretando semioticamente determinados discursos do senso comum e tornando-se, por força do mercado de consumo, mais assimilável pelo público do que verdadeiramente comunicativa (SODRÉ, Muniz; PAIVA, Raquel, 2002, p.131).

Considerações Finais

As notícias televisivas têm uma função bastante significativa na vida do indivíduo inserido em sociedade. Como dito, são as notícias que fazem com que estes se sintam inseridos no mundo. Daí, também, a importância de se compreender os códigos da telenotícia que, mais atualmente do que nunca, têm se mostrado distante de uma parcela da população dita como “despreparada” escolar e culturalmente.

Para entender a responsabilidade da tevê de se fazer compreendida e do telespectador em compreender, este artigo buscou analisar a influência do direcionamento partidário-cultural do diálogo da televisão e do nível cultural-escolar para a (in) compreensão da notícia.

Para se chegar a tais objetivos, utilizou-se da pesquisa bibliográfica na obra de Muniz Sodré, onde, por seus estudos, fica clara a relação monopolística da televisão que favorece a classe média da sociedade, excluindo ainda mais aqueles já geograficamente afastados, chamados de ‘indivíduos do interior agrário’.

Esse potencial revelador e excludente da televisão sob aqueles de nível cultural diferente do urbano-industrial, tem como consequência a falta de compreensão das notícias transmitidas, o que faz com que a necessidade social da informação não seja suprida.

Isso porque os telejornais, assim como toda a programação da televisão, são guiados por um sistema capitalista lucrativo, cujas orientações advêm do mercado, e não da própria necessidade de suprir a demanda da informação bem compreendida.

Não podendo apenas colocar a culpa na qualidade mercadológica dos telejornais, Muniz Sodré acaba por lembrar que o maior problema da televisão como um “meio de comunicação universal” é o código criado pela própria televisão, já que este se apresenta de forma hegemônica e com o objetivo de ser imitado, não levando em consideração as características do sistema de recepção de conteúdo, que se esquece do público discrepante que está do outro lado do prompter.

Esse código torna-se ainda mais exigente para determinados públicos porque se escondem detrás do objetivo de televisão para entretenimento, beirando o grotesco, estudado por Sodré e Raquel Paiva (2002)

Como também dito por Barros Filho (1995) os grupos de maior capital cultural, que ocupam os níveis mais altos na escala socioeconômica, apresentam uma absorção da informação sempre superior aos grupos de nível de instrução inferior.

Mas a reflexão apresentada por esse artigo mostra que há uma possibilidade de que talvez não seja o telespectador inapto à compreensão da notícia por causa do seu baixo nível de escolaridade, mas a televisão, pelo seu baixo potencial para se fazer compreendida, e pelo seu alto potencial em excluir o público em questão, assim como faz com a cultura popular.

Referências Bibliográficas

BARROS FILHO, Clovis de; BARTOLOZZI, Pedro Lozano. Ética na comunicação: da informação ao receptor. São Paulo: Moderna, 1995. 239 p., il. Apoio cultural: O Estado de São Paulo.

GENTILLI, Victor. Democracia de Massas: jornalismo e cidadania: estudos sobre as sociedades contemporâneas e o direito dos cidadãos à informação. 1ª ed. Porto Alegre: Edipucrs, 2005.

MELO, José Marques de. Jornalismo, Forma e Conteúdo. São Caetano do Sul, SP: Difusão, 2009.

SILVA, Carlos Eduardo Lins da. Muito além do Jardim Botânico: um estudo sobre a audiência do Jornal Nacional da Globo entre trabalhadores. São Paulo. Summus, 1985.

SODRÉ, MUNIZ. Reinventando a Cultura: a comunicação e seus produtos. Petrópolis, RJ: Vozes, 1996.

_____. O Monopólio da Fala: função e linguagem da televisão no Brasil. Petrópolis, RJ: Vozes, 1984.

_____; PAIVA, Raquel. O Império do Grotresco. Rio de Janeiro: Mauad, 2002.

TEIXEIRA, Anísio. A reconstrução Educacional no Brasil: ao povo e ao governo: manifesto dos pioneiros da educação nova. São Paulo: Ed. Nacional, 1932.

THOMPSON, John B. A mídia e a modernidade: uma teoria social da mídia. Tradução de Wagner de Oliveira Brandão; revisão de tradução Leonardo Avritzer Petrópolis, RJ. Vozes, 1998.

WOLF, Mauro. Teorias das Comunicações de Massa. São Paulo: Martins Fontes, 2008.